SARAH MERÇON-VARGAS

Garantias constitucionais nos processos punitivos não penais

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Associado Ricardo de Barros Leonel

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

SARAH MERÇON-VARGAS

Garantias constitucionais nos processos punitivos não penais

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Processual, sob a orientação do Professor Associado Ricardo de Barros Leonel.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Merçon-Vargas, Sarah

Garantias constitucionais nos processos punitivos não penais / Sarah Merçon-Vargas; orientador Ricardo de Barros Leonel -- São Paulo, 2018.
287 páginas

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Direito Processual Civil. 2. Garantias constitucionais. 3. Processo judicial
punitivo não penal. I. Leonel, Ricardo de Barros, orient. II. Título.

Nome: MERÇON-VARGAS, Sarah.

Título: Garantias constitucionais nos processos punitivos não penais

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Ricardo de Barros Leonel.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.:	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.:	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.:	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.:	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____
Prof. Dr.:	_____
Instituição:	_____
Julgamento:	_____

Para papai.

Para vovó Aldy (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Tenho o gosto de iniciar a leitura de livros pelo item dos agradecimentos. Mais do que as conclusões, eles revelam traços da personalidade do autor. Acho que foi por isso e pela dificuldade de expressar em palavras toda a minha gratidão que deixei de registrá-la publicamente no mestrado. Aproveito, então, esta oportunidade para fazer agradecimentos retroativos aos que estão comigo desde lá.

A elaboração de uma tese pode ser uma tarefa solitária, ao menos em boa parte do tempo. Posso dizer que não estive só em momento algum e que recebi, em cada etapa e de diversas formas, muito apoio de pessoas especiais. Agradeço a Deus, que me acompanha em tudo que eu faço e agradeço, do fundo do meu coração, a todos os que estiveram comigo neste enorme desafio.

Ao Prof. Ricardo de Barros Leonel, meu orientador, agradeço a oportunidade de ingressar na pós-graduação da nossa Faculdade e a confiança que depositou em mim ao longo desta trajetória. Tenho muito orgulho de ter sido sua primeira orientanda. Agradeço ainda a orientação cuidadosa, a paciência em responder todos os meus e-mails e a ajuda com minhas (muitas) dúvidas e inquietações.

Aos Profs. Heitor Sica e Gustavo Badaró, por quem tenho também grande admiração, agradeço as essenciais contribuições que deram ao trabalho na qualificação e a oportunidade de diálogo constante. À Prof. Marta Saad e ao Prof. Gustavo Badaró, gratidão pela gentil acolhida no mundo do processo penal.

Ao Professor Rodrigo Mazzei, da UFES, serei sempre grata pelo incentivo desde a graduação e por todas as portas que me abriu.

À Professora Clarissa Diniz Guedes Ferreira, da UFJF, que foi fundamental na minha trajetória acadêmica e profissional, muito obrigada pela paciência, pelo carinho e, em especial, pelas grandes contribuições que deu ao trabalho.

Agradeço ainda à Prof. Lucía Alarcón Sotomayor, que muito gentilmente me enviou um exemplar de sua obra esgotada.

Tive a graça de construir grandes amizades na pós-graduação, que levo para a vida. Agradeço à Danyelle Galvão, minha comadre, por ter me recebido tantas vezes em sua casa, por ter sido minha guia no processo penal e por ter revisado o trabalho em pleno verão, de frente para o mar de Santa Catarina. Lia Carolina, um grande coração no mundo, muito obrigada por existir, por ser tão companheira e, neste momento, muito obrigada pela leitura

atenta e pela correção segura da tese. Suas contribuições foram essenciais. Marília Siqueira e Bruna Silveira, duas joias que o doutorado me deu e que fizeram meus dias de estudante mais leves e prazerosos.

Agradeço também aos queridos Elie Eid, Thiago Siqueira, Marcos Vinícius Pinto e Igor Rossoni, por terem me doado tempo e compartilhado comigo suas impressões sobre questões centrais do trabalho.

Aos amigos de uma vida, Julia, Bernardo, Debora e Lucas, meu agradecimento por terem me acolhido tantas vezes em suas casas e por serem fundamentais em minha vida. Agradeço também ao amigo Brandão, pela revisão do *abstract* e ao Piquet, pelos livros que me emprestou. Aos amigos Luana, Fabiana, Eduarda, Roberta, Daniele, João Paulo, Anna Carolina, Carol e Julianas, um agradecimento especial pela compreensão nos momentos em que estive ausente. Prometo recompensá-los.

Ao Paulo e à Helen, meus sogros queridos, gratidão por estarem com o Marcos e comigo em todas as nossas escolhas.

A minha irmã e ao meu cunhado, Gilles, agradeço a parceria na vida (e também por todas as GRUs de xerox que pagaram). Minha irmã estava grávida no meu último ano de doutorado, com data de parto quase coincidente com meu prazo de conclusão de tese. O crescimento acelerado daquela barriga foi um lembrete fundamental de que eu tinha uma meta a cumprir.

Meu agradecimento especial ao papai e a Vera Márcia, meus grandes amores e inspirações para a vida acadêmica. Passei boa parte da infância perturbando papai enquanto ele fazia a tese de doutorado (vem daí o meu mau hábito de escrever de madrugada). Tenho recordações maravilhosas desses momentos e hoje vejo como isso foi importante para as escolhas que acabei fazendo. Já eu e Vera Márcia cursamos o doutorado ao mesmo tempo. Eu pesquisava sobre os processos punitivos, crime e corrupção, ela escrevia sobre Osman Lins, Clarice e Guimarães (vejam que ser elevado). Nós compartilhamos tensão, cansaço e finalmente, a alegria da conclusão. Muito obrigada por tudo.

Por fim, ao Marcos, meu amor, que me apoiou desde o início e me incentivou em todos os momentos que tive que estar longe, física e mentalmente, para dar conta deste projeto. Nunca vou me esquecer do interesse com que ele, engenheiro, ouvia e opinava sobre meus dilemas essenciais na tese. Muito obrigada por fazer minha vida mais leve e por ser a melhor companhia em todas as horas. Ao Elvis, nosso pequeno, meu eterno agradecimento por encher nossas vidas de alegria.

RESUMO

MERÇON-VARGAS, Sarah. *Garantias constitucionais nos processos punitivos não penais*. 2018, 287 páginas, Doutorado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

O trabalho tem por objetivo a análise das garantias constitucionais nos processos punitivos não penais. Nesta classe, incluem-se as ações de improbidade administrativa e as ações ajuizadas com base na Lei Anticorrupção. A partir do exame da natureza punitiva do direito material, com sanções severas que restringem direitos fundamentais, e da desigualdade estrutural da relação processual, demonstra-se que o *standard* de devido processo legal deve ser mais denso. Há mais garantias para o réu do que nos demais processos não penais e, em alguns casos, as garantias devem ser mais densas. Aplicam-se a esses processos as garantias do juiz natural, do contraditório, da ampla defesa e garantias correlatas, da presunção de inocência, do direito à prova, da motivação das decisões judiciais, do direito à razoável duração do processo, da publicidade do processo, do direito ao recurso e da proibição de submissão a novo julgamento. Tais garantias estão previstas na Constituição da República e na Convenção Americana de Direitos Humanos e tem desdobramentos específicos nos processos punitivos não penais.

Palavras-chave: processo punitivo; devido processo legal, garantias; princípios processuais; improbidade administrativa, lei anticorrupção; Direito Administrativo Sancionador.

ABSTRACT

MERÇON-VARGAS, Sarah. *Constitutional rights on punitive non-criminal procedures*. 2018, 287 pages, Doctorate – Law School of the University of São Paulo, São Paulo, 2018.

This thesis focuses on the analysis of the constitutional rights on punitive non-criminal procedures. In this class of procedures there are actions of administrative improbity and lawsuits based on the Anticorruption Law. By examining the punitive nature of the substantive law, with severe sanctions which restrict fundamental rights, and the structural inequality of the procedural relation, it is patent that the standard of the due process of law should be more dense. It is necessary to also ensure more dense procedural rights, such as those offered in criminal procedures, such as a fair trial by an independent and impartial tribunal established by law, the principle of the adversarial system, and further rights, such as presumption of innocence unless proved guilty, right to produce evidence, the motivation of judicial decisions, right to be judged in reasonable time, the publicity of judicial acts, right to appeal, and the right not to be tried or punished twice for the same offence. These rights are provided by the Brazilian Constitution and by the American Convention on Human Rights.

Keywords: punitive process, due process of law, procedural principles, anti-corruption law, Administrative Law Sanctions.

RÉSUMÉ

MERÇON-VARGAS, Sarah. *Garanties constitutionnelles dans la procédure punitive non pénale*. 2018, 287 pages, Doctorat – Faculté de Droit de l'Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

Le travail a comme but l'analyse des garanties constitutionnelles dans les procédures punitives non pénales. Dans ce domaine on inclut les actions d'improbité administrative et les actions intentées basées sur la loi Anticorruption. A partir de l'examen de la nature punitive du droit matériel avec des sanctions sévères restreignant des droits fondamentaux et de l'inégalité structurale de la relation concernant la procédure, on démontre que le standard de juste procédure légale doit être plus dense. Il y a plus de garanties que dans les autres procédures non pénales et en quelques situations celles-là doivent être plus denses. On met en oeuvre dans ces procédures les garanties du juge nature, du contradictoire, de la large défense et des garanties corrélatives, de la présomption d'innocence, du droit à la preuve, de la motivation des décisions judiciaires, du droit à la durée raisonnable de la procédure, de la publicité de la procédure, du droit au recours et de l'interdiction de soumission au nouveau jugement. Telles garanties sont prévues dans la Constitution de la République et dans la Convention Américaine de Droits de l'Homme et ont des déroulements spécifiques dans les procédures punitives non pénales.

Mots-clés: procédure punitive; juste procédure légale; garanties; principes concernant la procédure; improbité administrative; loi anticorruption; Droit Administratif de Sanction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
I. PROCESSO E CONSTITUIÇÃO.....	27
I.1. Considerações iniciais.....	27
I.2. Modelo garantista	30
I.3. Convenção Americana de Direitos Humanos e seu <i>status</i> normativo.....	33
I.4. Teoria geral do processo	36
I.5. Direito material e garantias	38
I.6. Processo, paridade de armas e garantias.....	41
I.7. Paradigmas de devido processo legal.....	43
I.8. Processo judicial punitivo não penal e devido processo legal	46
I.9. Garantias processuais e estrutura normativa	48
II. DIREITO PUNITIVO NÃO PENAL.....	53
II.1. Considerações iniciais	53
II.2. Ilícito penal x ilícito administrativo.....	56
II.3. Ilícito e sanção administrativa	64
II.4. Ilícitos, sanções e processo na Lei de Improbidade Administrativa.....	68
II.5. Ilícitos, sanções e processo na Lei Anticorrupção	75
II.6. Sanções judiciais punitivas não penais.....	79
II.7. Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção e direitos coletivos...	83
III. PROCESSO PUNITIVO NÃO PENAL E GARANTIAS	89
III.1. Considerações iniciais	89
III.2. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos.....	91
III.2.1. <i>O leading case Engel and Others v. the Netherlands</i>	93
III.2.2. <i>O caso Öztürk v. Germany</i>	95
III.2.3. <i>Análise do conceito autônomo de acusação criminal</i>	96

III.3. A Corte Interamericana de Direitos Humanos	98
III.4. As propostas de Winfried Hassemer e Jesús-María Silva Sánchez	102
III.5. As propostas de administrativistas espanhóis	105
III.6. Pretensão punitiva e desigualdade estrutural da relação processual	110
III.7. Relação entre o processo judicial punitivo não penal e as garantias constitucionais no direito brasileiro.....	115
IV. PROCESSO JUDICIAL PUNITIVO NÃO PENAL E GARANTIAS	123
IV.1. Considerações iniciais	123
IV.2. Polo passivo nos processos judiciais punitivos não penais	124
IV.2.1. Agente público, particulares e ação de improbidade administrativa.....	124
IV.2.2. Pessoa jurídica de direito público e ação de improbidade administrativa	127
IV.2.3. Particular e o processo judicial fundado na Lei Anticorrupção	128
IV.3. Juiz natural.....	130
IV.3.1. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais	135
IV.4. Contraditório, ampla defesa e demais garantias.....	140
IV.4.1. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	142
IV.4.2. Garantias específicas.....	148
IV.4.3. Direito ao silêncio e direito a não ser obrigado a depor contra si, nem a declarar-se culpado	152
IV.4.4. Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais	155
IV.4.4.1. Inquérito civil, contraditório e ampla defesa.....	157
IV.4.4.2. Admissibilidade da demanda e justa causa.....	159
IV.4.4.3. Ciência prévia e pormenorizada da imputação e citação.....	163
IV.4.4.4. Indisponibilidade da defesa técnica e efeito da revelia	166
IV.4.4.5. Ausência de dever de colaboração.....	168
IV.4.4.6. Autodefesa, interrogatório e depoimento pessoal.....	170

IV.4.4.7. <i>Direito ao silêncio, direito à não autoincriminação e exibição de documento.....</i>	173
IV.5. Presunção de inocência.....	175
IV.5.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	180
IV.5.1.1. <i>Impossibilidade de execução provisória das sanções punitivas.....</i>	181
IV.5.1.2. <i>Ausência de ônus probatório para o réu.....</i>	184
IV.5.1.3. <i>In dubio pro reo.....</i>	187
IV.6. Direito à prova	187
IV.6.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	196
IV.6.1.1. <i>Impossibilidade de inversão do ônus da prova em desfavor do réu.....</i>	197
IV.6.1.2. <i>Poderes instrutórios do juiz e suas limitações.....</i>	198
IV.6.1.3. <i>Interceptação de comunicações e prova emprestada</i>	201
IV.6.1.4. <i>Critérios de decisão e standard probatório.....</i>	205
IV.7. Motivação das decisões judiciais	208
IV.7.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	211
IV.8. Razoável duração do processo	213
IV.8.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	216
IV.9. Publicidade do processo	217
IV.9.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	219
IV.10. Direito ao recurso	221
IV.10.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	226
IV.11. Proibição de submissão a novo julgamento.....	228
IV.11.1. <i>Desdobramentos nos processos judiciais punitivos não penais.....</i>	232
V. VIOLAÇÃO DE GARANTIAS NOS PROCESSOS JUDICIAIS PUNITIVOS NÃO PENAIS.....	235
V.1. <i>Considerações iniciais</i>	235
V.2. <i>Pressupostos teóricos.....</i>	235

V.3. Forma no processo judicial punitivo não penal	243
V.4. Vícios que podem levar à inexistência jurídica.....	246
V.5. Vícios que podem levar à nulidade	247
<i>V.5.1. Inobservância do rito especial na ação de improbidade administrativa.....</i>	<i>251</i>
<i>V.5.2. Vício ou falta de citação.....</i>	<i>253</i>
<i>V.5.3. Ausência de defesa</i>	<i>255</i>
<i>V.5.4. Oitiva do réu sem advertência quanto ao direito ao silêncio</i>	<i>257</i>
<i>V.5.5. Erro no modelo de constatação para prolação de sentença condenatória</i>	<i>259</i>
<i>V.5.6. Novo processo judicial punitivo não penal relativo aos mesmos fatos.....</i>	<i>260</i>
CONCLUSÃO.....	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	267

INTRODUÇÃO

O *ius puniendi* estatal pode ser exercido – e é cada vez mais exercido – fora dos limites estritos do Direito Penal.

O fenômeno da descriminalização, ligado ao questionamento sobre o papel do Direito Penal na sociedade, contribuiu para que ilícitos penais fossem convertidos em ilícitos administrativos. No âmbito do Direito Administrativo e sob forte influência do Direito Penal, desenvolveu-se o ramo do Direito Administrativo Sancionador. No Brasil, a partir da ideia de independência de instâncias, condutas que eram punidas na esfera criminal passaram a ser punidas também fora do universo do Direito Penal. Há, pois, *sobreposição* de ilícitos de diversas naturezas em relação a uma mesma conduta.

O fato é que, ao se sair do Direito Penal, corre-se o risco de deixar para trás todo um arcabouço legal e teórico de garantias, sem correspondente equivalente expresso na chamada jurisdição *civil*. Nasce, com isso, a preocupação de se evitar a ocorrência de estelionato de etiquetas, em que, por manobra legislativa, uma infração seja formalmente retirada da esfera criminal e, com isso, fique o réu despidido do conjunto mínimo de garantias que são necessárias para aplicação de sanções punitivas pelo Estado.

Mesmo fora da jurisdição penal, não há dúvida de que a aplicação de sanções punitivas deve ser feita com observância do devido processo legal. A dificuldade, no entanto, está justamente em saber o modelo de devido processo legal adequado para esses casos, para avaliar quais garantias devem incidir e em que medida. Seria o paradigma civil, o penal ou mesmo um terceiro paradigma, intermediário?

Neste contexto, o presente trabalho tem como propósito a análise das garantias processuais em processos judiciais punitivos não penais.

Por *processo judicial punitivo* designa-se, aqui, aquele em que se postula a aplicação de sanção punitiva, enquanto manifestação do poder estatal de punir. Excluem-se, portanto, do objeto deste trabalho as sanções nascidas no âmbito de relações civis entre particulares e que dependam de atuação jurisdicional (p. ex. ação de indignidade de herdeiro ou indenizações punitivas).

Sob o prisma processual, a expressão processo judicial punitivo refere-se ao processo em que o *pedido* inicial formulado seja de aplicação de sanção. Não se incluem,

então, as sanções aplicadas no curso do processo, por exemplo, por violação aos deveres previstos no artigo 77 do Código de Processo Civil.¹

Em paralelo, a adjetivação *não penal* indica a exclusão de processos formalmente penais. Faz-se, neste trabalho, a opção terminológica de evitar, sempre que possível, o uso do vocábulo *cível* ou *civil*, por se avaliar que o seu alcance e significado nem sempre são bem compreendidos² e, ademais, tais termos estão enraizados no direito privado³, o que poderia transmitir a impressão de que as sanções aqui referidas não decorreriam do *ius puniendi* estatal. Por isso, a locução *não penal* afigura-se mais literal e apta a designar os processos que não pertencem ao universo formal do Direito Penal.

Além do aspecto terminológico, é importante explicitar também os cortes que foram feitos para definição do objeto de estudo como sendo os *processos judiciais punitivos não penais*.

Os processos *administrativos* punitivos não serão analisados. Esta limitação justifica-se pela necessidade de se circunscrever o tema, do ponto de vista do direito material e processual, já que os processos administrativos são instrumentos de aplicação de vasto número de sanções administrativas, relacionadas à proteção de bens jurídicos variados e submetidos a regimes jurídicos diferentes, de direito material e de direito processual, em especial por não serem processos *judiciais*.

Tampouco será analisada a incidência de garantias nos processos punitivos *não estatais* (p. ex. penas aplicadas por clubes, condomínios, sociedades empresariais etc.). Tal análise extrapolaria o âmbito jurisdicional, além de não se tratar de *ius puniendi* estatal.

No espectro dos processos administrativos sancionadores, também não serão examinadas as ações ajuizadas com a finalidade de impugnar sanções aplicadas por órgãos administrativos. Em tais casos, a atividade jurisdicional exercida não é de aplicação de

¹ Este trabalho foi iniciado sob a égide do Código de Processo Civil de 1973 e concluído já na vigência do Código de Processo Civil de 2015. Por esta razão, todas as referências feitas ao Código de Processo Civil são alusivas ao novo Código (2015), salvo expressa referência ao Código de Processo Civil de 1973.

² Francesco Carnelutti faz interessante crítica ao uso da expressão *civil* para significar coisas diferentes, a depender do contexto (CARNELUTTI, Francesco. *Cuestiones sobre el proceso penal*. Buenos Aires: Librería El Foro, 1960, p. 44).

³ Cível: “*termo que denomina o próprio do direito privado, incluindo o direito civil, o direito comercial e o direito do trabalho (...)*.” Já o termo *civil* é definido como “*termo referente a todos os atos e ações pertinentes ao direito civil, com exclusão do direito do trabalho e do direito comercial*”. (*Pequeno dicionário jurídico*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editor, 2004, p. 81).

sanção – que é o eixo do trabalho –, mas de *controle* sobre o exercício do poder punitivo por órgão administrativo.

Feitas essas ressalvas introdutórias, tem-se que a análise proposta volta-se, por exemplo, para processos da Lei de Improbidade Administrativa ou da Lei Anticorrupção, que são processos judiciais de aplicação de sanção punitiva fora do âmbito penal.⁴⁻⁵

A tese que se pretende demonstrar é a de que, nos processos judiciais punitivos não penais em que há exercício de pretensão punitiva estatal, com potencial de restrição de direitos fundamentais, a natureza do direito material e o desequilíbrio da relação processual devem acarretar, para o réu, o adensamento das garantias processuais constitucionais. Esta hipótese está atrelada à ideia de que as garantias do devido processo legal não se expressam de forma idêntica em todo e qualquer processo e podem variar em intensidade.

No processo penal, a influência desses elementos é bastante evidente, pois a gravidade das penas abstratamente previstas no Direito Penal – e notadamente da pena privativa de liberdade – e a desigualdade da relação jurídica processual justificam o estabelecimento de um referencial máximo de garantias processuais, sob a ótica do acusado. Fora do processo penal, porém, isto é, no universo amplo do que se denomina *jurisdição civil*⁶, o paralelo entre o direito material, relação processual e densidade das garantias constitucionais do processo pode ser demonstrado nos processos judiciais punitivos não penais.

Há boa compreensão pela doutrina de que a natureza (punitiva) e a gravidade das penas previstas (restritivas de direitos) têm implicações do ponto de vista processual⁷,

⁴ O processo de *impeachment* não será tratado neste trabalho por fugir do corte metodológico, que inclui apenas processos *judiciais punitivos não penais*. A natureza jurídica do processo de *impeachment* é controversa, mas independentemente da corrente que se adote, não se trata de um processo *judicial*, polarizado com a presença do Estado-acusador.

⁵ O fato de ambos os diplomas legais serem atinentes à tutela da moralidade administrativa é circunstancial neste trabalho e, por essa razão, não haverá análise específica deste bem jurídico ou de outros a ele atrelados (p. ex. patrimônio público). O foco é apenas no fato de serem sanções punitivas não penais aplicadas pelo Poder Judiciário.

⁶ Para José Frederico Marques, a jurisdição ordinária divide-se em penal e civil; a primeira tem por objeto a resolução de litígios penais; a segunda, a de litígios não penais. (*Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Saraiva, 1980, v. 1, p. 70).

⁷ Há diversos estudos que estabelecem paralelos entre o processo judicial de aplicação das sanções previstas na Lei Anticorrupção e o processo penal, assim como há diversos artigos que enfrentam, de forma pontual, alguns aspectos da Lei de Improbidade Administrativa sob a ótica do direito processual penal. Esses trabalhos serão referidos ao longo do desenvolvimento do tema proposto.

mas o tema, segundo nos parece, merece tratamento sistêmico sob o prisma das garantias constitucionais do processo.

Pela bibliografia consultada, a percepção que se tem é a de que o assunto ainda não foi desenvolvido na perspectiva pretendida, de investigação das garantias processuais do devido processo legal, a partir da natureza punitiva do direito material⁸ e da estrutura da relação processual.⁹

Na jurisprudência, há diversos acórdãos em que teses e temas de processo penal são invocados e decididos em processos de improbidade administrativa¹⁰, mas a associação entre o processo punitivo não penal e o processo penal nem sempre é bem explicada. Em tal contexto, a proposta é examinar, no universo dos processos não penais, se nos processos *judiciais punitivos não penais* a natureza do direito material e a estrutura da relação processual influenciam a densidade das garantias do devido processo legal.

Tomando-se por exemplo as sanções punitivas previstas na Lei de Improbidade Administrativa (p. ex., perda de direitos políticos), fica claro que o direito material não se assemelha a uma obrigação de pagar quantia, a uma prestação de contas, a uma disputa sobre guarda de menor, a uma reintegração de posse ou a qualquer outro direito que seja comumente utilizado como exemplo em aulas de processo civil. Na verdade, no ramo do Direito Processual Civil, há singularidade nesse direito material que, a bem da verdade, parece-se muito mais com o Direito Penal.

No âmbito dos processos punitivos não penais, há ainda muitos temas que mereceriam ser estudados de forma específica, seja em relação à teoria geral do processo, seja em relação ao processo administrativo punitivo, seja em relação às especificidades da tutela jurisdicional da imputação não penal. A própria fronteira entre o processo penal e processo civil é um tema que poderia ser retomado¹¹, notadamente por se ter exemplos de

⁸ Uma das conclusões fundamentais de José Roberto dos Santos Bedaque é que a ciência processual deve ser elaborada à luz do direito substancial e em função dele. (*Direito e processo: influência do direito material sobre o processo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 20).

⁹ Na doutrina estrangeira, há excelentes trabalhos que serão referidos ao longo do desenvolvimento desta tese.

¹⁰ É o caso, por exemplo, do princípio *in dubio pro societate* (AgRg no AREsp 706.071/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, j. 23/02/2016), do desenvolvimento de teorias sobre dolo e culpa [(AgRg no REsp 1395625/PE, Rel. Ministro Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Primeira Turma, j. 16/02/2016)], individualização da pena (REsp 885.836/MG, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, j. 26/06/2007) etc.

¹¹ A questão é mesmo relevante em um tempo de *descodificação*, em que a legislação codificada, típica do século XVIII, deu lugar à legislação especial e, mais recentemente, aos chamados microssistemas jurídicos,

que há, de fato, uma influência recíproca, assim como zonas griseas em que a natureza processual civil ou processual penal é controvertida.¹²

Nesse vasto cenário, a hipótese de trabalho é a de que, nos processos judiciais punitivos não penais, as garantias do devido processo legal devem ser mais numerosas e mais densas do que nos demais processos judiciais não penais voltados a tutelas jurídicas obrigacionais, como forma de reequilibrar a posição ocupada pelo réu na relação processual.

A premissa de que se parte é que o fato de determinado processo judicial punitivo ser excluído do âmbito penal pelo legislador não faz com que o paradigma de garantias a ser observado seja o do Direito Processual Civil em geral. Com efeito, se por um lado, os ramos do Direito Penal e Processo Penal têm contornos formais bem definidos, o âmbito *não penal*, na perspectiva processual, especialmente por ser um nicho formado por exclusão, reúne fenômenos jurídicos muito diversos para comportar tratamento singular.

A verdade é que, mesmo no processo civil, há exemplos de que a natureza do direito material altera a forma de incidência das garantias constitucionais, muito embora essa não seja uma perspectiva usual de análise. É o caso dos direitos indisponíveis, em que há regras processuais específicas que revelam a incidência de garantias processuais mais adensadas em função das características do direito material.¹³

A proposta, portanto, é analisar, na perspectiva do princípio do devido processo legal, o paradigma de garantias processuais adequado aos processos judiciais não penais em que o Estado exercita o *ius puniendi* com imputação de ilícitos graves e aplicação de sanções restritivas de direitos fundamentais.

Para o desenvolvimento do tema, o trabalho estrutura-se em cinco capítulos.

O capítulo I tem por objetivo examinar as relações entre o direito material, a relação processual e as garantias constitucionais do processo. Busca-se lastro para um dos eixos centrais do trabalho, que é a demonstração de densidades diferentes para as garantias do processo, a partir da influência do direito material e da estrutura da relação processual.

com lógicas autônomas e princípios orgânicos (IRTI, Natalino. *L'etat della decodificazione*. 4. ed. Milão: Giuffrè, 1999, p. 17-39).

¹² As medidas interventivas previstas na Lei Maria da Penha, assim como o processo por atos infracionais previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente são exemplos disso.

¹³ Veja-se, por exemplo, a exclusão dos efeitos da revelia (artigo 345, II, do CPC), que consiste na exclusão de uma das consequências fundamentais do não exercício do ônus de contestar a demanda.

O capítulo II contém análise do direito material punitivo não penal, a partir do exame de suas peculiaridades. O objetivo é examinar o direito material, na perspectiva das sanções – e não na perspectiva do bem jurídico tutelado –, a fim de que, sob tal substrato, sejam trazidas as projeções processuais específicas construídas nos capítulos subsequentes.

O capítulo III tem por propósito examinar, na doutrina e na jurisprudência, a relação entre processo punitivo não penal e garantias. Na jurisprudência, serão examinados precedentes da Corte Europeia de Direitos Humanos sobre as garantias processuais penais previstas na Convenção Europeia de Direitos Humanos e sua incidência em processos punitivos que não são formalmente penais. Essa análise é importante por ter sido criado pelo Tribunal um conceito *autônomo* de acusação criminal, por meio do qual se pode concluir, a partir de três requisitos, que determinada sanção não penal deve ser considerada criminal para os fins da Convenção, o que acarreta a incidência do rol de garantias processuais penais nela previstas. Como se demonstrará, no âmbito do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, há várias décadas já se sedimentou a ideia de que as garantias do processo penal, em certos casos, devem ir além dos limites estritos do processo penal. Além disso, na doutrina, serão examinadas construções de penalistas e administrativistas sobre a relação entre direito material e garantia. Ainda nesta perspectiva, será analisada a estrutura desigual da relação processual, em que se tem, de um lado, o órgão estatal que imputa a prática de um ilícito e, de outro, o particular, pessoa física ou jurídica que se pretende punir. Ao final, será apresentada a conclusão proposta sobre a relação entre direito material punitivo não penal, relação processual e garantias processuais.

O capítulo IV apresenta análise das garantias constitucionais do processo e sua incidência nos processos judiciais punitivos não penais. Serão analisadas as garantias do juiz natural, do contraditório, da ampla defesa e direitos correlatos, da presunção de inocência, do direito à prova, da motivação das decisões judiciais, do direito à razoável duração do processo, da publicidade do processo, do direito ao recurso e da proibição de submissão a novo julgamento. Essas garantias estão previstas na Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos, norma que o Supremo Tribunal Federal atualmente reputa ter *status* de supralegal, hierarquia superior à legislação ordinária que usualmente disciplina os processos judiciais punitivos não penais.

Por fim, no capítulo V, serão analisadas as violações às garantias constitucionais nos processos judiciais punitivos não penais e as consequências disso para o processo, na perspectiva da teoria das nulidades. Serão examinadas algumas situações específicas, a partir

dos desdobramentos das garantias processuais, desenvolvidos no capítulo IV. Mas apesar da enumeração, o rol de situações analisadas não é exaustivo.

CONCLUSÃO

A pesquisa e a análise realizadas neste trabalho confirmam a hipótese proposta nesta tese de que, nos processos judiciais punitivos não penais, em que há exercício de pretensão punitiva estatal, as garantias constitucionais devem ser mais numerosas e mais densas do que nos processos judiciais não penais, voltados a tutelas jurídicas obrigacionais.

Nos processos judiciais punitivos não penais, a natureza punitiva do direito material, em que, no exercício do *ius puniendi* estatal, há imputação de ilícitos graves, puníveis com sanções restritivas de direitos fundamentais, deve implicar, à luz do devido processo legal, a incidência de um paradigma mais adensado de garantias. Em paralelo, viu-se que, diferentemente do processo civil, em que se tem, como regra, um processo entre partes, ainda que com desigualdades localizadas (p. ex. desigualdade econômica), nesses processos a relação jurídica processual é estruturalmente desigual, diante da presença do Estado, no exercício soberano da função de imputar a prática de um ilícito e de punir o particular. No marco garantista, essa posição de vantagem, ocupada no processo pelo Estado, deve ser idealmente compensada no processo com o estabelecimento de maiores garantias processuais para os réus, enquanto limitações ao exercício do poder estatal de punir.

Essas peculiaridades do processo judicial punitivo não penal, à luz da garantia do devido processo legal, devem implicar a adoção de um marco garantista mais adensado, que tenha como limite mínimo, o reconhecimento da incidência do *catálogo* de garantias previstas para os demais processos judiciais punitivos, como é o caso do processo penal.

Isso significa que, além das garantias asseguradas no plano constitucional a todo e qualquer processo, devem ser aplicadas também as garantias da presunção de inocência e seus desdobramentos quanto ao *standard* de convencimento, o direito ao recurso e o *ne bis in idem*, além de direitos específicos que se desdobram das garantias do contraditório e da ampla defesa (direito ao intérprete e tradutor, ciência prévia e pormenorizada da imputação, direito ao silêncio, direito de entrevista com o advogado). Excluem-se deste catálogo apenas as garantias atreladas à imposição de penas privativas de liberdade, por se tratar de pena não prevista para esses ilícitos punitivos não penais.

Essas garantias estão previstas na nossa Constituição Federal e na Convenção Americana de Direitos Humanos, cujas normas possuem *status* de normas constitucionais.

Em paralelo, é importante considerar também que algumas garantias processuais são estruturadas normativamente como princípios, mandamentos de otimização que podem ser realizados em diversos graus e que devem ser realizados na maior medida possível, de acordo com as circunstâncias fáticas e jurídicas.

Diante da possibilidade de gradação das garantias, observa-se que, no espectro máximo, o referencial mais alto de paradigma de garantias é o previsto para o processo penal, ramo em que, em tese, estão previstos os ilícitos mais graves e as penas mais invasivas na esfera de direitos do particular.

A partir desses referenciais, máximo e mínimo de garantias processuais, buscou-se estabelecer o paradigma constitucionalmente adequado de garantias para os processos judiciais punitivos não penais. Para tanto, a natureza punitiva do direito material, a gravidade das sanções previstas em abstrato e a desigualdade estrutural da relação jurídica processual foram os elementos considerados nesta avaliação.

A análise específica dos ilícitos previstos na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção (em sua aplicação *judicial*), da severidade das sanções cominadas e da relação jurídica processual que se forma para sua aplicação, evidencia que não há uma diferença ontológica em relação ao ilícito penal e que tampouco seria possível afirmar que há efetivamente uma diferença quantitativa entre os ilícitos. A previsão da pena privativa de liberdade no ilícito penal não é um referencial seguro para se afirmar, em toda e qualquer hipótese, que o ilícito penal é mais grave e tem mais repercussões na esfera de direitos do particular. Além disso, o paradigma de garantias do processo penal é aplicável inclusive aos crimes punidos com penas mais leves, sendo relevante considerar que mesmo quando há previsão de privação de liberdade, o sistema processual penal opera com a possibilidade de penas alternativas por transação penal, de suspensão do processo e da pena e de regimes diferentes de cumprimento de pena. Isso significa que a previsão abstrata da pena privativa de liberdade nem sempre culmina no efetivo aprisionamento.

Além deste aspecto material, demonstrou-se que a relação jurídica processual que se estabelece para aplicação de sanções punitivas não penais também é estruturalmente desigual, o que evidencia a necessidade de adoção de um paradigma mais garantista para a limitação do exercício do poder punitivo estatal.

Com isso, chegou-se à conclusão de que, nesses ilícitos não penais, o paradigma adequado de garantias, extraído da cláusula do devido processo legal, deve ser equivalente

ao do processo penal. Não por aplicação de analogia, em linha horizontal (do processo penal para o processo judicial punitivo não penal), mas como um desdobramento das garantias constitucionais do processo (em linha vertical).

Com tal conclusão, não se afirma que o *processo*, nesses ilícitos, deva ser ou passar a ser penal ou mesmo que o *procedimento* a ser adotado seja o do Código de Processo Penal ou da legislação processual penal especial. O processo tramita na jurisdição não penal, mas o catálogo de garantias deve ser mais amplo e mais denso.

Essa conclusão é uma diretriz geral que deve ser aplicada nos processos judiciais punitivos não penais e que tem repercussões concretas no modo de ser do processo. Por isso, no capítulo IV, demonstrou-se que o paradigma mais denso de garantias permeia o processo e implica o reconhecimento de desdobramento específicos, tal como a indisponibilidade da defesa, a ausência de ônus probatório para o réu (e a impossibilidade de inversão em seu desfavor), a ausência de dever de verdade e colaboração na perspectiva do direito ao silêncio, a exigência de certeza além de qualquer dúvida razoável para condenação, a impossibilidade de execução provisória de sanções punitivas, o direito ao recurso contra a sentença condenatória, o não cabimento de ação rescisória da sentença de improcedência etc.

Mas não serão aqui retomadas cada uma das conclusões parciais a que se chegou quanto aos desdobramentos das garantias constitucionais nos processos judiciais punitivos não penais. Reproduzi-las em sequência, desacompanhadas dos argumentos que as embasam poderia soar superficial e prejudicar a compreensão das ideias defendidas neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABELHA, Marcelo. *Ação civil pública e Meio Ambiente*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ALARCÓN SOTOMAYOR, Lucía. *El procedimiento administrativo sancionador y los derechos fundamentales*. Navarra: Editorial Arazandi, 2007.

ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ALLUÉ BUIZA, Alfredo. Una presunción de inocencia extensa e y intensa. In: Garcia Roca; Santolaya (Coord.). *La Europa de los Derechos*. El Convenio Europeo de Derechos Humanos. 2. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

ALMADA, Roberto José Ferreira de. *A garantia processual da publicidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. *Princípios fundamentais do processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

ALVARADO VELLOSO, Adolfo. *El garantismo procesal*. Arequipa: Adrus, 2010.

ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. A garantia do contraditório. Disponível em: <www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A.%20de%20Oliveira%20formatado.pdf> Acesso em: 17.08.2015.

_____. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo I. Disponível em: [www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A.%20de%20Oliveira%20\(8\)%20formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A.%20de%20Oliveira%20(8)%20formatado.pdf). Acesso em: 17.08.2015.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, v. 2.

ALVIM NETTO, José Manoel de. *Manual de direito processual civil*. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

AMODIO, Ennio. Motivazione della sentenza penale. *Enciclopedia del diritto*. Milão: Giuffrè, 1977, v. 27.

ANDRADE, Manuel da Costa. *Sobre as proibições de prova em processo penal*. Coimbra: Coimbra Editora, 1992.

ANIBAL JUNIOR, Vanderlei; FONSECA, Sergio Roxo. Natureza penal da sanção por improbidade administrativa. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9372/natureza-penal-da-sancao-por-improbidade-administrativa#ixzz3aQMeX1AV>>. Acesso em: 17.05.2015.

ANSELMINO, Valeria L. “Ne bis idem” La prohibición contra la doble persecución penal. *Revista Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales da Universidad Nacional de La Plata*, 2013, ano 10, n. 43.

ARRUDA ALVIM. O controle judicial da legalidade da instauração de inquérito civil. MILARÉ, Édis. *A Ação Civil Pública após 25 anos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

ÁVILA, Humberto. O que é devido processo legal. *Revista de Processo*, ano 33, n. 163, set. 2008.

_____. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BADARÓ, Gustavo Henrique. As condições da ação penal. IN: ZUFFELATO, Camilo; YARSHELL, Flavio Luiz (Org). *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente, futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. Direito à prova e os limites lógicos de sua admissão: os conceitos de pertinência e relevância. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. *Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. *Juiz natural no processo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Manual dos Recursos Penais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Processo Penal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Ônus da Prova no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Vícios de motivação da sentença penal: ausência de motivação, motivação contraditória, motivação implícita e motivação per relationem. In: BADARÓ, Gustavo. *Direito Penal e Processo Penal: processo penal I*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, Coleção Doutrinas Essenciais.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy; LOPES JR., Aury. *Direito ao processo penal no prazo razoável*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

BARATTI, Giorgio. *Contributo allo studio della sanzione amministrativa*. Milão: Giuffrè, 1984.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. A constitucionalização do processo no direito brasileiro. In: MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer; LARREA, Arturo Zaldívar Lelo de. *Estudos de Direito Processual Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. A constituição e as provas ilicitamente obtidas. *Revista de Processo*, São Paulo, n. 84, out./dez 1996.

_____. Alguns problemas atuais da prova civil. *Temas de direito processual*: quarta série. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. V, 2013.

_____. Julgamento e ônus da prova. *Temas de direito processual*: segunda série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

_____. Les principes fondamentaux de la procédure civile dans la nouvelle constitution brésilienne. *Temas de direito processual*: quinta série. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. O processo civil brasileiro: uma apresentação. *Temas de direito processual*: quinta série. São Paulo: Saraiva, 1994.

_____. O processo civil contemporâneo: um enfoque comparativo. *Temas de direito processual*: nona série. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Reflexões críticas sobre a imparcialidade do juiz. *Temas de direito processual*: sétima série. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Sobre a “participação do juiz” no processo civil. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo. *Participação e processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

_____. Sobre pressupostos processuais. *Temas de direito processual*: quarta série. São Paulo: Saraiva, 1989.

BARRETO, Irineu Cabral. *A Convenção Européia de Direitos do Homem Anotada*. Coimbra: Coimbra Ed., 2005.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*: influência do direito material sobre o processo. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. Garantia da amplitude de produção probatória. In: TUCCI, José Rogério Cruz e. *Garantias constitucionais do processo civil*: Homenagem aos 10 anos da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. Nulidade processual e instrumentalidade do processo. *Revista de processo*, v. 60, out-dez, 1990.

_____. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (Coord.). *Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas)*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2002.

_____. *Poderes instrutórios do juiz*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

BOBBIO, Norberto. *Teoria da Norma Jurídica*. Bauru: Edipro, 2001.

BONÍCIO, Marcelo José Magalhães. *Princípios do Processo no novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES FILHO, Daltro de Campos; LEVY, Daniel de Andrade. A sucessão das dívidas resultantes da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) na recuperação judicial. *Revista do advogado*, a. XXXVI, n. 131, out. 2016.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignácio. A garantia do devido processo legal – aplicação contra excesso do Ministério Público. *Revista Forense*, v. 327, jul-set. 1994, p. 150.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. Lei da Ficha Limpa fere a presunção de inocência. *Conjur*, 13.03.2012. Artigo disponível em <http://www.conjur.com.br/2012-mar-13/direito-defesa-lei-ficha-limpa-fere-principio-presuncao-inocencia>. Acesso em 21.08.2017.

BRESOLIN, Umberto Bara. *Revelia e seus efeitos*. São Paulo: Atlas, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Novo Código de Processo Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. *O modelo constitucional do direito processual civil*. Disponível em <<http://www.scarpinellabueno.com/images/textos-pdf/016.pdf>>. Acesso em 15.05.2017.

BUENO, José Antonio Pimenta. 2. ed. *Apontamentos sobre as formalidades do processo civil*. Rio de Janeiro: 1858.

CABRAL, Antonio do Passo. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.

_____. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Nulidades no Processo Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. *Revista de processo*, v. 126, ago-2005.

CACHÓN CADENAS, Manuel. Los modelos procesales civil y penal: perspectiva histórica. In: ARMENTA DEU, Teresa (coord). *La convergência entre proceso civil y penal: una dirección adecuada?* Madrid: Marcial Pons, 2013.

CALMON DE PASSOS, J. J. Processo e democracia. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel; WATANABE, Kazuo (Coords.). *Participação e Processo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

CAMBI, Eduardo. *A prova civil: admissibilidade e relevância*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

_____; BATISTA, Morena Gabriela C. S. P. Foro por prerrogativa de função nas ações civis públicas por improbidade administrativa. *Revista de Processo*, v. 233, jul. 2014.

CAMILO JUNIOR, Ruy Pereira. A improbidade administrativa e os princípios constitucionais. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, v. 27, jan. 2011.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. *A humanização do direito internacional*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

CAPEZ, Fernando. *Limites Constitucionais à Lei de Improbidade*. São Paulo: Saraiva, 2010.

CARNELUTTI, Francesco. *Cuestiones sobre el proceso penal*. Buenos Aires: Librería El Foro, 1960.

_____. *Principios del proceso penal*. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1971, v. 2.

_____. Prove civili e prove penali. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, v. II, parte I, a. 1925.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Ação civil pública e ação de improbidade administrativa: unidade ou dualidade. In: MILARÉ, Édís. *A ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: Revista do Tribunais, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO RAMOS, André de. O Diálogo das Cortes: o Supremo Tribunal Federal e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: AMARAL JUNIOR, Alberto. *O STF e o Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

_____. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHOSA, Modesto. *Considerações sobre a Lei Anticorrupção das pessoas jurídicas: Lei 12.846/2016*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CASTRO, Daniel Penteado de. *Poderes instrutórios do juiz no processo civil: fundamentos, interpretação e dinâmica*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHIAVARIO, Mario, Art. 6 – Diritto ad un processo equo. In: BARTOLE, Sergio; CONFORTI, Benedetto; RAIMONDI, Guido (org.), *Commentario alla Convenzione Europea per la tutela dei diritti dell'uomo e delle libertà fondamentali*. Padova: Cedam, 2001.

_____. *Processo e garanzie della persona*. 2. ed. Milão, 1982, v. II.

CHOUKR, Fauzi Hassan. *A Convenção Americana dos Direitos Humanos e o Direito Interno Brasileiro – Bases para sua compreensão*. São Paulo: Edipro, 2001.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

CINTRA, Lia Carolina de Araújo. Pressupostos processuais e efetividade do processo civil – uma tentativa de sistematização. *Revista de processo*, a. 37, v. 214, dez. 2012.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *Governança judicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

COSTA, Guilherme Recena. A ambivalência da Ação de Improbidade Administrativa e a sua Conformação Processual. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena. *Improbidade Administrativa: Aspectos Processuais da Lei nº 8.429/92*. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. Livre convencimento e standards de prova. In: ZUFFELATO, Camilo. YARSHELL, Flávio Luiz. *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Malheiros, 2013.

COSTA, Helena Regina Lobo da. *Direito Penal Econômico e Direito Administrativo Sancionador: ne bis in idem como medida de política sancionadora integrada*. Tese apresentada ao concurso de Livre-Docência junto ao Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

COSTA, Susana Henriques da. *Contraditório nas investigações*. No prelo, 2015.

_____. *O processo coletivo na tutela do patrimônio público e da moralidade administrativa*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COSTA, Susana Henriques da; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (Coord.). *A eficácia do sistema jurídico de prevenção e combate à improbidade administrativa*. Projeto vencedor do programa "Pensando o Direito" da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ). Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, 2011 (Publicação de relatório de pesquisa).

CRUZ, Rogerio Schietti Machado. *A proibição de dupla persecução penal (ne bis in idem): limites no direito brasileiro*. Tese de Doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2007.

CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. Lei n.º 12.846/13 – Lei Anticorrupção empresarial: considerações sobre o processo como instrumento de controle da administração sancionadora. In: PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani de (Coord.). *Controle da Administração Pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

DALLARI, Adilson Abreu. Obrigatoriedade de realização de inquérito civil. Artigo disponível em <http://www.egov.ufsc.br:8080/portal/sites/default/files/anexos/18151-18152-1-PB.htm>. Acesso em 06.01.2018.

DECOMAIN, Pedro Roberto. Inelegibilidade por condenação criminal. *Revista Paraná Eleitoral*, v. 2, n. 2.

DEGOFFE, Michel. *Droit de la sanction non pénale*. Paris: Economica, 2000.

DEMENECH, Perelló. El derecho a ser informado de la acusación, In: GARCÍA ROCA, Javier; SANTOLAYA, Pablo (Coords.). *La Europa de los Derechos*. El Convenio Europeo de Derechos Humanos. 2. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. *Lei Anticorrupção Comentada*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

DIDIER JR, Fredie. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. 17. ed. Salvador: Juspodivm, v. 1, 2015.

_____. *Fundamentos do princípio da cooperação no direito processual civil português*. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

_____; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. *Curso de Direito Processual Civil*. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2015, v. 2

_____; OLIVEIRA, Rafael Alexandria; BRAGA, Paula Sarno. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____; ZANETI JR, Hermes. *Curso de Direito Processual Civil*. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2008, v. 4.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. O dever de motivar e a inteireza da motivação. *Fundamentos do processo civil moderno*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2010, t. I.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 8. ed. São Paulo: Forense, 2016, v. I.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, v. I.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6 ed. São Paulo: Forense, 2009, v. II.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6 ed. São Paulo: Forense, 2009, v. III.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*. 7. ed. São Paulo: Forense, 2017, v. II.

DINAMARCO, Pedro da Silva. *Ação civil pública*. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. *Derechos y garantías: La Ley del más débil*. Madri: Editorial Trotta, 2006.

_____. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____. *Diritto e ragione: teoria del garantismo penale*. 2. ed. Roma: Laterza, 1990.

FERRARESI, Eurico. *Ação Popular, Ação Civil Pública e Mandado de Segurança Coletivo: instrumentos processuais coletivos*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas, 2001.

FERRER BELTRÁN, Jordi. *La valoración racional de la prueba*. Madrid: Marcial Pons, 2007.

_____, Jordi. *Prueba y verdad en el derecho*. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2005.

FISCHER, Douglas. Sobre a compatibilização da ampla defesa, do nemo tenetur se detegere, da boa-fé objetiva, do devido processo legal (penal) em prazo razoável e da cooperação: influências principiológica da Constituição e do Novo CPC no processo penal. In: DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo; OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de; CRUZ, Rogerio Schietti. *Repercussões do novo CPC*. Salvador: Juspodivm, 2016, v. 13, processo penal.

FLORIAN, Eugenio. *Elementos de Derecho procesal penal*. Barcelona: Casa Editorial Bosch, 1934.

_____. Le due prove. *Rivista di Diritto Processuale Civile*, v. III, parte I, a. 1926.

GALGANO, Francesco. Il contraddittorio processuale è ora nella Costituzione. *Contratto e impresa*, ano 2000, v. 16, f. 3.

GALVÃO, Danyelle da Silva. É necessário traduzir documentos dos autos para a compreensão do acusado? Artigo disponível em <https://canalcienciascriminais.com.br/e-necessario-traduzir-documentos-dos-autos-para-a-compreensao-do-acusado/>. Acesso em 15.09.2017.

_____. *Interrogatório por videoconferência*. São Paulo: LiberArs, 2015, p. 68-69.

LOPES JR, Aury. *Direito Processual Penal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

GALVÃO, Danyelle. O novo Código de Processo Civil e os impactos no processo penal. *Revista Brasileira da Advocacia*, a. 2, v. 6, jul-set. 2017.

GARCÍA DE ENTERRÍA, Eduardo. El problema jurídico de las sanciones administrativas. *Revista española de derecho administrativo*, nº 10, 1976.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. *Improbidade Administrativa*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

_____. *Improbidade administrativa*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GASCÓN ABELLÁN, Marina. *Los hechos en el derecho: bases argumentales de la prueba*, Madrid: Marcial Pons, 1999.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. A inadmissibilidade das provas ilícitas no processo penal brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, n. 85, 2010.

_____. *A motivação das decisões penais*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. *Direito à prova no Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____. Notas sobre a terminologia da prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (Org). *Estudos em homenagem à Professora Ada Pellegrini Grinover*. São Paulo: DPJ, 2005.

_____. O princípio da presunção de inocência na Constituição de 1988 e na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, *Revista do Advogado*, n. 42.

_____. Provas. In: MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Coord.). *As Reformas no Processo Penal: As novas Leis de 2008 e os Projetos de Reforma*. São Paulo; Revista dos Tribunais, 2008.

GÓMEZ TOMILLO, Manuel; SANZ RUBIALES, Íñigo. *Derecho Administrativo Sancionador*. Parte General: Teoría General y Práctica del Derecho Penal Administrativo. 3. ed. Cizur Menor: Arazandi, 2013.

GRECO FILHO, Vicente; RASSI, João Daniel. A corrupção e o Direito Administrativo Sancionador. In: BLAZECK, Luiz Mauricio Souza; MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte I. (Coord). *Direito Administrativo Sancionador*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

GRECO, Leonardo. *Estudos de Direito Processual*. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2006.

_____. GRECO, Leonardo. O conceito de prova. *Revista da Faculdade de Direito de Campos*, ano IV, n. 4, 2003-2004.

_____. *O processo de execução*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, v. II.

_____. Publicismo e privatismo no processo civil. *Revista de Processo*, n. 164, out. 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. A independência do juiz brasileiro. *O processo em sua unidade – II*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. *As garantias constitucionais do direito de ação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. As garantias constitucionais do processo. In: *Novas tendências do direito processual de acordo com a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. *Dos princípios constitucionais e o Código de Processo Civil*, São Paulo: Bushatsky, 1975.

_____. *Ensaio sobre a processualidade: Fundamentos para uma nova teoria geral do processo*. Brasília, Gazeta Jurídica, 2016.

_____. Novas tendências na tutela jurisdicional dos interesses difusos. In: *O processo em sua unidade – II*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. O conteúdo da garantia do contraditório. In: *Novas tendências do direito processual de acordo com a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

_____. O princípio do juiz natural e sua dupla garantia. In: *O processo em sua unidade – II*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. Prova emprestada. O processo em evolução. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1996.

_____. *Provas Ilícitas, Interceptações e Escutas*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *As nulidades no processo penal*. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. *As nulidades no processo penal*. 12 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Recursos no processo penal*. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

GUARDIA, Gregório Edoardo Raphael Selingardi. Princípios processuais penais no direito administrativo sancionador: um estudo à luz das garantias constitucionais. *Revista de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 109, 2014.

GUEDES, Clarissa Diniz; LOPES, Laís Almeida de Souza. Standards probatórios no contexto da responsabilidade civil do médico. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, a. 11, v. 18, n. 2, mai-ago. 2017.

GUEDES, Clarissa Diniz. *Persuasão racional e limitações probatórias: enfoque comparativo entre os processos civil e penal*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

GUYOMAR, Mattias. La sanction et les droits de la personne (Qui peut être sanctionné? Les effets de la jurisprudence de la CEDH). In: *La sanction: regards croisés du Conseil d'État et de la Cour de cassation*. Paris: La documentation Française, 2015.

_____. *Les sanctions administratives*. Yssey-les-Moulineaux: LGDJ Lextenso éditions, 2014.

HASSEMER, Winfried. Características e crises do moderno direito penal. *Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal*, n.º 18, fev-mar. 2003.

_____. História das ideias penais na Alemanha do pós-guerra. *Revista Informação Legislativa*, a. 30, n. 118, abr-jun. 1993.

_____. *Por qué no debe suprimirse el Derecho Penal*. México: Instituto Nacional de Ciencias Penales, 2003.

HUERGO LORA, Alejandro. *Las sanciones administrativas*. Madri: Iustel, 2007.

HUNGRIA, Nelson. Ilícito administrativo e ilícito penal. *Revista de Direito Administrativo*, v. 1, n. 1, 1945.

IRTI, Natalino. *L'etat della decodificazione*. 4. ed. Milão: Giuffrè, 1999.

JARDIM, Afrânio Silva. O ônus da prova na ação penal condenatória. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Org.). *Doutrinas Essenciais: Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3.

JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro de; LAUAR, Maira Terra (coord.). *Processo civil – Novas tendências: homenagem ao Professor Humberto Theodoro Júnior*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

JORGE, Flavio Cheim; RODRIGUES, Marcelo Abelha. A tutela processual da probidade administrativa (Lei 8.429, de 1992). In: BUENO, Cassio Scarpinella; PORTO FILHO, Pedro Paulo de Rezende. *Improbidade administrativa: questões polêmicas e atuais*. São Paulo: Malheiros, 2001.

JORGE, Flávio Cheim. *Teoria Geral dos Recursos Cíveis*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. Desconsideração da personalidade societária e responsabilização de terceiros na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, a. 28, v. 241, jan-mar. 2016.

KELSEN, Hans. *Teoría pura del Derecho*. 4. ed. Buenos Aires: Eudeba, 2008.

KNIJNIK, Danilo. *A prova nos juízos cível, penal e tributário*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

LAFER, Celso. *A internacionalização dos direitos humanos: constituição, racismo e relações internacionais*. Bauru: Manole, 2005.

LEONE, Giovanni. *Tratado de Derecho Procesal Penal*. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-America, 1963, v. 3.

LEONEL, Ricardo de Barros. Garantismo e direito processual constitucional. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. *Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. *Manual do processo coletivo*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. Processo e Constituição: alcance amplo, mas não ilimitado, dos princípios constitucionais do processo. In: PUOLI, José Carlos Baptista; BONÍCIO, Marcelo José Magalhães; LEONEL, Ricardo de Barros. *Direito Processual Constitucional*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

LIEBMAN, Enrico Tullio. Il principio del contraddittorio e la Costituzione. *Rivista di Diritto Processuale*, 1954, n. 2.

LOPES JR, Aury. De qualquer lado que se olhe, revelia é incompatível com o processo penal. Artigo disponível em <http://www.conjur.com.br/2016-abr-08/limite-penal-revelia-incompativel-processo-penal>. Acesso em 08.05.2017.

_____. *Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional*. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Direito Processual Penal*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

_____. Teoria Geral do Processo é danosa para a boa saúde do processo penal. *Conjur*, 27.06.2014.

LOPES JUNIOR, Aury Celso Lima. A instrumentalidade garantista do processo penal. Artigo disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/17011-17012-1-PB.htm>>. Acesso em 22.10.2017.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. *Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, João Batista. *A prova no direito processual civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

_____. O ônus da prova no processo penal. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (Org.). *Doutrinas Essenciais: Processo Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, v. 3.

LOUVEL, Bertrand. La sanction et les droits de la personne (Qui peut être sanctionné? Les effets de la jurisprudence de la CEDH). In: La sanction: regards croisés du Conseil d'État et de la Cour de cassation. Paris: La documentation Française, 2015.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. *O dever de motivação das decisões judiciais*. Salvador: Juspodivm, 2015.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. A prova na ação de improbidade administrativa. In: OLIVEIRA NETO, Olavo de; MEDEIROS NETO, Elias Marques; LOPES, Ricardo

Augusto de Castro (Coord.). *A prova no direito processual civil: Estudos em homenagem ao professor João Batista Lopes*. São Paulo: Verbatim, 2013.

_____. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Procedimento e Sanções na Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). *Revista dos Tribunais*, v. 947, ano 2014, set. 2014.

LUZ, Denise. *Direito Administrativo Sancionador Judicializado: Improbidade Administrativa e Devido Processo. Aproximações e Distanciamentos do Direito Penal*. Curitiba: Juruá, 2014.

MAIA, Rodolfo Tigre. O princípio do “ne bis in idem” e a Constituição brasileira de 1988. *Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União*, Brasília, v. 4, n. 16, jul-set. 2005.

MAIER, Julio B. J. *Derecho procesal penal: fundamentos*. 2. ed. Buenos Aires: Editores Del Puerto, 2004, t. I.

MALLET, Estevão. Notas sobre o problema da chamada “decisão surpresa”. *Revista de processo*, ano 39, v. 233, jul. 2014.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. *Interesses Difusos: conceito e legitimação para agir*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MANN, Kenneth. Punitive Civil Sanctions: The Middleground Between Criminal and Civil Law, *The Yale Law Journal*, 1795, 1991-1992.

MARCATO, Ana Cândida Menezes. *A reforma do Código de Processo Civil e o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, 2006.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de Direito Processual Penal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1965.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Saraiva, 1980, v. 1.

_____. *Instituições de Direito processual civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1971, v. II.

MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Ação civil pública, improbidade administrativa e políticas públicas. In: MILARÉ, Édís. *A ação civil pública após 25 anos*. São Paulo: Revista do Tribunais, 2010.

_____. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. *Lei Anticorrupção Comentada*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. *Probidade administrativa*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MATTES, Heinz; MATTES, Herta. *Problemas de derecho penal administrativo: Historia y derecho comparado*. Madri: Editoriales de Derecho Reunidas, 1979.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de. Do excessivo caráter aberto da Lei de Improbidade Administrativa. Artigo disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/6540/do-excessivo-carater-aberto-da-lei-de-improbidade-administrativa>>. Acesso em 24.06.2015.

_____. Os vinte anos da Lei de Improbidade Administrativa. Disponível em: <http://gomesdemattos.com.br/artigos/OS_VINTE_ANOS_DA_LEI_DE_IMPROBIDADE_ADMINISTRATIVA.pdf> Acesso em 11.10.2017.

MAZZEI, Rodrigo. A intervenção móvel da pessoa jurídica na ação popular e ação de improbidade administrativa (arts. 6º, §3º, da LAP e 17, §3º, da LIA). *Revista Forense*, a. 104, v. 400, nov-dez. 2008.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MEDAUAR, Odete. *A processualidade no Direito Administrativo*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

MEDINA, José Miguel Garcia de; GUIMARÃES, Rafael de Oliveira. O ônus da prova na ação de improbidade administrativa. *Revista dos Tribunais*, v. 867, jan. 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes; WALD, Arnoldo; MENDES, Gilmar. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

MELLO, Rafael Munhoz de. *Princípios Constitucionais de Direito Administrativo Sancionador: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Malheiros, 2007.

MENDES, Gilmar. Competência para julgar improbidade administrativa. In: ZILVETI, Fernando Aurélio; LOPES, Sílvia (Coord.). *O Regime Democrático e a Questão da Corrupção Política*. São Paulo: Atlas, 2004.

MITIDIERO, Daniel. A colaboração como norma fundamental do Novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista do Advogado*, n. 126, 2015.

MODERNE, Franck. *Sanctions administratives et justice constitutionnelle: contribution à l'étude du jus puniendi de l'Etat dans les démocraties contemporaines*. Paris: Economica, 1993.

MOLINÉ, José Cid. Garantías y sanciones (Argumentos contra la tesis de la identidad de garantías entre las sanciones punitivas). *Revista de administración pública*, n. 140, 1996.

MONTERO, Diana; SALAZAR, Alonso. Derecho defensa en la jurisprudencia de la Corte Interamericana de Derechos Humanos. Artigo jurídico disponível em: <http://corteidh.or.cr/tablas/r32676.pdf>. Acesso em 30.11.2015.

MORAES, Mauricio Zanoide de. *Presunção de inocência no Processo Penal Brasileiro: análise de sua estrutura normativa para a elaboração legislativa e para a decisão judicial*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; FREITAS, Rafael Verás de. A juridicidade da Lei Anticorrupção: reflexões e interpretações prospectivas. *Fórum Administrativo* – FA, ano 14, n. 156, fev. 2014.

MOTTA JUNIOR, Eduardo de Carvalho. *Ação de improbidade administrativa: natureza jurídica e aspectos processuais*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. *A prova por indícios no Processo Penal*. São Paulo: Saraiva, 1994.

NASSER, Paulo Magalhães. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

NERY JR, Nelson. *Princípios do processo civil na Constituição Federal*. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Reflexos do novo CPC na ação de improbidade administrativa. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, v. 241, ano 28, jan-mar 2016.

NIETO, Alejandro. *Derecho Administrativo Sancionador*. 2. ed. Madri: Tecnos, 2000.

OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de. *Direito de Intervenção e Direito Administrativo Sancionador: o pensamento de Hassemer e o direito penal brasileiro*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro. *Do formalismo no processo civil*. São Paulo: Saraiva: 1997.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. *Lei Anticorrupção Comentada*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

OLIVEIRA NETO, Olavo. Breves Considerações Acerca do Conteúdo e da Eficácia das Decisões Proferidas na Ação de Improbidade Administrativa. In: In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena. *Improbidade Administrativa: Aspectos Processuais da Lei nº 8.429/92*. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Infrações e Sanções Administrativas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

O'REILLY, Gregory. England limits the right to silence and moves towards an inquisitorial system of justice. *The Journal of Criminal Law and Criminology*, v. 85, 1994.

OSÓRIO, Fábio Medina. As sanções da Lei 8.429/92 aos atos de improbidade administrativa. *Revista dos Tribunais*, v. 766, ago. 1999.

_____. *Direito administrativo sancionador*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Teoria da improbidade administrativa: má gestão pública, corrupção, ineficiência*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PACHOAL, Jorge Coutinho. As nulidades no processo penal e o prejuízo. *Revista Fórum de Ciências Criminais*, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, jul-dez, 2014.

PASSOS, José Joaquim Calmon. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PAZZAGLINI FILHO, Marino. *Lei de Improbidade Administrativa Comentada*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Pequeno dicionário jurídico. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editor, 2004.

PEREIRA NETO, Miguel. Lei Anticorrupção e ética. *Revista do advogado*, a. XXXIV, n. 125, dez. 2014.

PEYRANO, Jorge. La carga de la prueba. Escritos sobre diversos temas de Derecho Procesal. Artigo disponível em: <<https://letrujil.files.wordpress.com/2013/09/38jorge-w-peyrano.pdf969>>, p. 961. Acesso em 06.09.2017.

PIASECI, Débora da Cunha. *Da fundamentação da pena: uma análise descritivo-crítica da função preventiva geral positiva*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito, área de Ciências Penais, da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2006.

PICARDI, Nicola. Il principio del contraddittorio. *Rivista di diritto processuale*, n. 3, 1998.

PIÑEIRO BERTOT, Maria Inés. La nulidad como 'garantía de garantías'. In: CHIARA DIAZ, Carlos Alberto (Coord). *Las nulidades y los medios de impugnación en el proceso penal*. Buenos Aires: Delta, 2004

PINTO, Marcos Vinícius. Reflexões sobre improbidade administrativa, ônus da prova, modelos de constatação e nota sobre o NCPC. In: BEDAQUE, José Roberto dos Santos; CINTRA, Lia Carolina Batista; EID, Elie Pierre. *Garantismo processual: garantias constitucionais aplicadas ao processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: A Conformidade Constitucional das Leis Processuais Penais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Responsabilidade civil do promotor de justiça na tutela aos interesses coletivos: meio ambiente, consumidor, improbidade administrativa*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2007.

QUEIROZ, Maria Regina Ferro. *Perfil processual da Lei de Improbidade Administrativa*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo, 2004.

REALE, Miguel. *Filosofia do direito: Lições Preliminares de Direito*. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

REMOTTI CARBONEL, José Carlos. *La Corte Interamericana de Derechos Humanos: estructura, funcionamiento y jurisprudencia*. Barcelona: Instituto Europeo de Derecho. 2004.

RESCIA, Víctor Manuel Rodríguez. El debido processo legal y la Convención Americana sobre Derechos Humanos. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/tablas/a17762.pdf>. Acesso em 30.11.2015.

RINCÓN, José Suay. La potestad sancionadora de la administración y sus exigencias actuales: un estudio preliminar. *Documentación administrativa*, 2008, n. 280-281.

ROCA, Javier García. “La interpretación constitucional de una declaración internacional, el Convenio Europeo de Derechos Humanos, y bases para una globalización de los derechos”. *Revista Iberoamericana de Derecho Procesal Constitucional*, nº. 5, 2006.

RODRIGUES, Geisa de Assis. Da ação popular. In: DIDIER JR, Fredie (Org.). *Ações constitucionais*. Salvador: Juspodvim, 2006.

_____. Anotações sobre o princípio do juiz natural. In: DIDIER JR, Fredie; WAMBIER, Luiz Rodrigues; GOMES JR, Luiz Manoel. *Constituição e Processo*. Salvador: Juspodvim, 2007.

ROSA, Márcio Fernando Elias; MARTINS JUNIOR, Wallace Paiva. Estudo comparativo entre as Leis 8.429/1992 e 12.846/2013. *Revista dos Tribunais*, v. 947, set. 2014.

ROUGEVIN-BAVILLE, M. M. La sanction en matière administrative dans le droit français. Disponível em <http://www.aca-europe.eu/colloquia/1972/france-2.pdf>, p. 260. Acesso em 14.12.2017.

SAAD, Marta. *Reconhecimento do exercício do direito de defesa no inquérito policial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SALLES, Carlos Alberto de. *Arbitragem em Contratos Administrativos*. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977, v. IV.

SERPA, Pedro Ricardo e. *Indenização punitiva*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

SHIMURA, Sérgio; ALVAREZ, Anselmo Prieto; SILVA, Nelson Finotti. *Curso de Direito Processual Civil*. 3. ed. São Paulo: Método, 2013.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Aspectos do pedido na ação de improbidade administrativa. *Revista de Processo*, v. 178, dez. 2009.

_____. Perspectivas atuais da ‘teoria geral do processo’. In: CARNEIRO, Athos Gusmão; CALMON FILHO, Petrônio (Org.). *Bases científicas para um renovado direito processual*. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2009.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. *La expansión del derecho penal: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales*. 2. ed. Madri: Civitas, 2001.

SILVA, Bruno Freire E. Algumas peculiaridades e polêmicas dos elementos da ação civil por improbidade administrativa. *Revista de Processo*, v. 228, fev. 2014.

SILVA, João Paulo Hecker da. Fundamentação da Sentença nas Ações de Improbidade Administrativa In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos; COSTA, Eduardo José da Fonseca; COSTA, Guilherme Recena. *Improbidade Administrativa: Aspectos Processuais da Lei nº 8.429/92*. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, José Luiz Mônaco da. *Inquérito civil*. São Paulo: Edipro, 2000.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos Fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção. *Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais* 1, 2003.

STEINER, Sylvia, *A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e sua integração ao processo penal brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

TALAMINI, Eduardo. A arbitragem e a parceria público-privada (PPP). In: TALAMINI, Eduardo; JUSTEN, Monica Spezia. *Parcerias Público-Privadas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. *Coisa Julgada e sua Revisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TARTUCE, Fernanda. *Igualdade e vulnerabilidade no processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

TARUFFO, Michele. *La motivación de la sentencia civil*. México: Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación, 2006.

_____. *La prueba, Artículos y Conferencias*. Santiago: Editorial Metropolitana, 2009.

_____. Poderes probatorios de las partes y del juez en Europa. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho, n. 29, 2006.

_____. Tres observaciones sobre ‘por qué un estándar de prueba subjetivo y ambiguo no es un estándar’, de Larry Laudan. In: *Racionalidad y Estándares de Prueba*. DOXA, Cuadernos de Filosofía del Derecho, n. 28, 2005.

TEDESCO, Ignacio F. La libertad de la declaración del imputado: un análisis histórico-comparado. In: HENDLER, Edmundo S. (Comp.). *Las garantías penales y procesales*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 2004.

THEA, Federido. In: REGUEIRA, Enrique M. Alonso. *La Convención Americana de Derechos Humanos y su proyección en el Derecho Argentino*. Buenos Aires: La Ley, Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho, 2013.

TRECHSEL, Stefan. *Human Rights in Criminal Proceedings*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *A motivação da sentença no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1987.

TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

_____. *Teoria do Direito Processual Penal: Jurisdição, ação e processo penal (estudo sistemático)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

UBERTIS, Giulio. Diritto alla prova nel processo penale e Corte Europea de Diritto del’Uomo. *Rivista de Diritto Processuale*, n. 49, 1994.

VIDIGAL, Luiz Eulálio Bueno. Por que unificar o direito processual. *Revista de processo*, v. 7, n. 27, out-dez-1982.

VIEIRA, Renato Stanziola. *Paridade de armas no processo penal*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

WALTER, Gerhard. *Libre apreciación de la prueba: investigación acerca del significado, las condiciones y límites del libre convencimiento judicial*. Bogotá: Temis, 1985.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Nulidades do Processo e da Sentença*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. Distribuição do ônus da prova no processo de improbidade administrativa e o CPC 2015. *Revista do Superior Tribunal de Justiça*, v. 241, ano 28, jan-mar. 2016.

_____. *Tutela jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: DPJ Editora, 2006.

ZACLIS, Daniel. *A regra do prejuízo e as nulidades processuais*: construção de um modelo racional de aplicação do ‘pas de nullité sans grief’ no âmbito do processo penal brasileiro. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação stricto sensu em Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

ZANOBINI, Guido. *Le sanzioni amministrative*. Torino: Fratelli Bocca Editori, 1924.

ZOCKUN, Maurício. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; MARRARA, Thiago. *Lei Anticorrupção Comentada*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.